



Da esquerda para a direita: Bravo Nico, Maria Emília Brederode Santos, Luiz Fagundes Duarte, Manuela de Melo, João Prata, Michael Seufert e Rita Rato.

INTERVENÇÕES DOS GRUPOS PARLAMENTARES¹

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA

Deputada Rita Rato

Eu queria, antes de mais, pedir desculpa porque a minha intervenção não vai ser exclusivamente sobre as questões do currículo. Eu creio que esta Conferência, pela riqueza que nos trouxe e pela diversidade das abordagens, nos permite também tirar outras notas que nos fazem também pensar um bocadinho na escola pública e no caminho da escola pública.

Nós falámos do currículo, falámos nos desafios que foram colocados à escola portuguesa, na pedagogia, na construção de uma escola onde se aprenda melhor. Eu creio que a escola não resolve os problemas da sociedade e, portanto, a escola não é uma ilha.

E creio que o que se pede hoje à escola é muito ingrato do ponto de vista social e económico, ou seja, que a escola resolva os problemas por si só, isolada do contexto mais geral da nossa sociedade. E, portanto, eu creio que a escola tende a reproduzir não apenas os comportamentos, mas os caminhos que a sociedade em geral tem trilhado. E por isso creio que a escola tem admitido poderes que não lhe cabem em exclusivo e para os quais não tem meios efectivos para lhes dar resposta.

Hoje exige-se à escola fazer mais, eu diria mesmo muito mais, mas com muito menos do que a escola tinha. E creio que é um desafio sem saída, porque a escola precisa de condições materiais, precisa de condições humanas que garantam o cumprimento do objectivo da inclusão. E que a escola seja sobretudo uma escola para todos, que nenhum fique para trás em caminhos e em trilhos desviantes, mas que todos tenham o mesmo acesso às oportunidades e níveis de ensino, nomeadamente ao ensino superior. Mas eu creio que os caminhos que têm sido trilhados recentemente podem de alguma forma afastá-la destes objectivos.

Nós não podemos falar, creio eu, na dignificação da escola pública sem deixar uma palavra também para a valorização do papel da pedagogia dos professores. Eu creio que ultimamente o caminho tem sido o contrário. Tem-se dado pouco espaço e pouco tempo para que o professor desenvolva as suas competências primárias, que são as fundamentais, que são as da pedagogia. E portanto creio que é fundamental garantir que haja espaço para uma interacção concreta e efectiva do ponto de vista da concretização da pedagogia.

Eu acho que a escola que nós temos, se me permitem, e todo o discurso em torno das competências, pode afastar-nos do papel primordial da educação e da escola, que é a formação integral do indivíduo e do ser humano. E creio que adequar a escola ao mercado de trabalho e às necessidades do mercado de trabalho não é o caminho, ou pelo menos não deveria ser este o caminho fundamental da escola.

E eu creio que quando nós falamos em competências, quando falamos em necessidades concretas de especialização, podemos estar de alguma forma a enviesar o caminho que devia ser o da formação integral do ser humano. E aí a escola daria resposta às questões da cidadania, da importância da ligação com os outros e de viver em sociedade. Mas eu creio que a escola tal como está e tem vindo a ser organizada, pode colocar isso em causa.

Eu acho que nós temos de ter muita atenção a alguns caminhos que, do ponto de vista da organização da escola, não apenas no ensino básico, mas também no ensino secundário, podem abrir a porta para uma triagem social. E existem hoje muitas escolas que são escolas localizadas em determinados contextos económicos e sociais, que podem tender para aglutinar naquele mesmo espaço estudantes com determinadas características limitando a sua visão, o seu sonho de ter uma vida melhor à qual têm todo o direito.

O mesmo se aplica no que diz respeito à dignificação dos currículos. Eu acho que o ensino profissional deve existir, tem um papel muito importante, mas não pode, do ponto de vista da qualidade e da exigência dos seus currículos, deixar muito a desejar. O ensino e a concretização da escola pública como objectivo tem, também, de abrir para estes estudantes a perspectiva de mais conhecimento, de espírito crítico, de imaginação, de reflexão profunda individual e colectiva.

Penso que a educação não tem sido encarada pelos sucessivos governos como prioritária, nem como objectivo principal e esse é o grande erro, sobretudo das últimas políticas educativas, que continuam a ver a educação como um custo. E as recentes medidas do ponto de vista do encerramento de escolas justificam isto, e eu creio que este é o grande erro da nossa sociedade e do nosso país, é ver a educação como um custo.

O caminho tem de ser completamente inverso, tem de ser o da valorização da pedagogia e do conhecimento, que é sobretudo o caminho da valorização da nossa democracia. Eu diria apenas que não sei se vou menos preocupada, e desculpem-me a sinceridade, por ouvir falar tanto em competências e ouvir falar tão pouco em conhecimento.

Porque eu não deixo de estar preocupada com o abandono e o insucesso, mas acho que a saída e a resposta para esses casos tem que ter sempre como aposta a questão do conhecimento, e não exclusivamente as competências. Arrepia-me um bocadinho ouvir falar em *rankings* de escolas, sabendo desde logo que tem de haver avaliação de escolas. Mas isto assusta-me porque há estudantes que não têm culpa de não ter as mesmas condições económicas e sociais que outros estudantes.

Eu acho que ninguém gosta de ver a sua escola, pelo empenho dos professores daquela escola, pelo empenho dos funcionários, pelo empenho dos estudantes, nos *rankings*. E muitas vezes os *rankings* escondem questões que eu creio que não podem ser minorizadas, e portanto creio que a resposta não pode ser essa.

Terminava apenas com uma questão que eu acho que é importante, que é a da avaliação contínua. Não apenas na formação e no próprio processo educativo de cada aluno, mas também a importância da pedagogia que está subjacente à avaliação contínua ou o acompanhamento muito próximo entre o aluno e o professor.

E creio que nos últimos anos tem sido completamente aglutinada, tendo em conta outros objectivos estatísticos que não me podem deixar menos preocupada. Portanto, creio que o que nós bebemos muito desta Conferência e a sua grande riqueza é questionarmos o que se está a passar, e cada um à sua forma encontrar pistas para ultrapassar este caminho, com confiança de que é possível um outro sistema educativo e um outro papel da pedagogia na nossa educação.

GRUPO PARLAMENTAR DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR

Deputado Michael Seufert

Queria cumprimentar todos os presentes, em particular o senhor Presidente da Comissão de Educação, a Coordenadora do Grupo de Trabalho e a Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação. E queria dizer-lhes que falar para uma plateia de pessoas com tanta experiência e com tanto à-vontade nestes temas da educação é algo que me deixa um bocado assustado.

Eu comecei nestas coisas da educação, não do lado estudantil mas do lado analítico, há mais ou menos seis anos quando comecei a fazer parte do Conselho Pedagógico e do Conselho Directivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Fiz parte desses órgãos, com alguma sorte, até ter sido eleito aqui para a Assembleia da República. Assisti, portanto, a este tipo de debates em fóruns maiores ou mais pequenos, quando fazia parte de comissões de avaliação externa, auto-avaliação, avaliação dos cursos e tudo mais por onde passei, com todo o tipo de pessoas.

E há algo que me parece uma constante, pelo menos desde esses tempos. É que em relação aos objectivos e aos fins da educação todos estão mais ou menos de acordo. Todos defendem ou procuram que a escola tenha menos abandono, menos chumbos, mais sucesso, que eduque para a inovação, que eduque para o empreendedorismo, que ensine a aprender.

Tudo isto é muito fácil de concluir, é muito rápido de concluir nos debates a que assisti sobre educação, mas depois quando vamos às políticas, aos meios para atingir esses fins, temos os que defendem, no caso da Conferência de hoje, a aposta na língua estrangeira, temos aqueles que dizem que é preciso reforçar a língua materna. Temos aqueles que dizem que é fundamental apostar na Matemática e temos aqueles que dizem que não podemos esquecer as Artes e o Desporto.

Aqueles que acham que é preciso ter mais tempo e trabalho na sala de aula, aqueles que é preciso mais tempo e trabalho em casa e nas actividades extra-curriculares. Aqueles que dizem que é preciso, que são fundamentais, os exames no final de cada ciclo e aqueles que dizem que isso afinal não serve assim para tanta coisa.

E daqui o que me parece é que nós podemos pegar neste pacote de políticas e de meios e escolher algumas, não podemos escolher todas porque elas são incompatíveis por falta de tempo, de meios ou de incoerência interna do sistema. Mas podemos pegar num pacote de políticas deste cesto e aplicá-las no sistema educativo.

O problema é se nos enganamos, se escolhemos determinadas políticas e afinal os outros é que tinham razão. E é por isso que para mim e para o CDS, as políticas de educação devem permitir uma maior liberdade de escolha, quer da parte das escolas e dos docentes, no que diz respeito aos meios pedagógicos e também, até certo ponto, aos conteúdos curriculares, quer a escolha por parte das famílias do estabelecimento de ensino em que colocam as suas crianças, dentro de uma rede pública, entendida não só como as escolas públicas detidas pelo bem público, pelo Estado, mas dentro de um sistema público que possa englobar escolas devidamente acreditadas que não sejam posse do Estado.

E isto é apenas uma coisa com a qual os senhores poderão concordar ou discordar. Mas há outra coisa que acabo por concluir, sempre que ouço estes debates, e que é muito mais importante para mim do que propriamente depois chegarmos à conclusão sobre qual a melhor política para o nosso sistema de educação. É que eu acho que estes debates, permitam-me a ousadia, porque os senhores estão nisto há muito mais anos que eu, e isso terá alguma razão, mas para mim é incompreensível porque é que o debate da educação, inevitavelmente ao final de alguns minutos, às vezes nem meia hora, começa a enveredar para dentro de uma gíria de um “eduquês” em que pouca gente que não esteja no meio se sente à vontade.

É muito difícil acompanhar estes debates, porque parece que rapidamente nos escondemos atrás de algumas palavras que só aqueles que estão dentro do sistema conhecem. E aqueles que estão cá fora e têm interesse em participar e que deviam participar são excluídos por causa disso.

E a mim parece-me que os pais, às vezes até os alunos, mas toda a comunidade tem interesse em participar neste debate e fica excluído por ele e não consegue abrir um livro que debata estas matérias sem desistir ao final de algumas páginas, nesse muro que são estes termos, estes nomes, esta gíria própria do “eduquês” que me parece que exclui mais do que agrega.

Porque para um pai, e para terminar, o que importa é saber responder à pergunta: qual é a escola, como e onde é que eu posso garantir que o meu filho aprenda tudo aquilo que eu não lhe consigo dar em casa para ter sucesso na sua vida.

E os pais, portanto, têm uma pergunta que fazem a todos nós e fazem à escola, mas também têm as suas respostas para dar. Por isso devem ser parte do debate, participando activamente nele, e compreendê-lo sobretudo, mesmo que possam não participar. Compreendê-lo para perceberem o que é que está a ser discutido em nome deles e dos seus filhos.

E termino com isto, dizendo que foi muito interessante ouvir as intervenções que aqui tivemos. Queria deixar uma nota de agradecimento e de parabéns à organização, porque apesar disto nascer num grupo de trabalho, foi com certeza da parte da sua Coordenadora, a Deputada Manuela de Melo, que nasceu grande parte do trabalho que aqui está.

Deputado João Prata

Início a minha intervenção com um tripló agradecimento: a todos os participantes na Conferência (que, além de docentes, contemplou outros profissionais que interferem com a educação), à responsável pelo nosso Grupo de Trabalho, a Deputada Manuela de Melo e, por último, ao Presidente da CEC, o Deputado Fagundes Duarte, que facilitou e acarinhou a organização deste debate.

A educação conjuga o tempo futuro que hoje se prepara, pois quando aqui falamos de educação estamos também a comentar o que, de certa forma, queremos para o futuro de Portugal.

Ao invés de afirmarmos a centralidade deste ou daquele elemento da organização escolar na instituição “escola”, configuramos Portugal como o centro da educação e, assim, talvez possamos superar certos enquistamentos do sistema educativo e da organização escolar.

Respeitar as especificidades dos “corpos sociais” que interagem na escola é uma obrigação, um dever para o Estado e para a comunidade. Perceber as suas especificidades, as suas aspirações, é obviamente uma norma de conduta para quem dirige, mas na compreensão do todo que implica a escola também se relativizam alguns dos bloqueios que fomos deixando surgir e, aqui e ali, fomos alimentando.

Refira-se o que, como salientou o Professor Joaquim Azevedo, se passou na recta final deste ano lectivo de 2009/2010: Como é possível os principais responsáveis da política educativa quererem, nesta fase do ano, levar por diante uma alteração substancial da organização dos agrupamentos?

Como é possível estarmos agora a rever o Estatuto do Aluno, logo tão pouco tempo passado sobre a última revisão daquele importante instrumento legal?

Como é possível depois de vetada a proposta de uma Lei de Bases do Sistema Educativo, em 2002/2004, assistirmos à voracidade legislativa do quadriénio 2005/2009, com certeza com algumas medidas positivas, mas a par de um discurso e de uma prática que “blindou” ainda mais a organização escolar, que ostracizou um dos seus importantes e decisivos “corpos sociais” que são os professores, retirou muita da emoção e da descoberta contínua que comporta aquela profissão.

Concordamos com a intervenção do Professor António Câmara, cabendo também aos professores a valorização do seu papel social junto da sua comunidade, participando do seu desenvolvimento, aceitando essa comunidade na vida da escola e, particularmente, os seus contributos na definição de um efectivo plano local para a educação, “forçando” o papel da escola no seio das comunidades num esforço de promoção da educação e formação da sociedade envolvente.

O meu partido é claramente favorável à partilha das boas experiências que as escolas, mesmo neste quadro legal, vão desenvolvendo. Aprofundar a condição de autonomia da gestão pedagógica, curricular e social, do trabalho das escolas é um percurso que merece ser trilhado e observado e pelo qual o PSD continuará a pugnar.

Outra linha que a matriz ideológica do PSD comporta é precisamente a liberdade de escolha dos pais e encarregados de educação na opção pelo estabelecimento de ensino e também na escolha pelo sistema público de oferta de educação ou pelo sistema privado e cooperativo, competindo ao Governo e à Assembleia da República permitir que se desenvolva também em Portugal.

Aquelas pontes devem ser construídas. Não podemos permitir-nos, neste país de dimensões reduzidas, que não subsista a par da cultura de exigência, uma cultura do trabalho em equipa, como advoga o Professor António Câmara, que exiba as boas práticas de uns e de outros com claros ganhos na eficiência e na eficácia das nossas organizações escolares.

É verdade que essa agilização não é possível, por exemplo, e como referia uma das docentes que escutei, quando um departamento curricular integra quarenta e cinquenta ou mais docentes. Também se dificulta quando não se propiciam melhores condições para a valorização curricular (por exemplo, do que designo pela história local, pela acção e empenho cívico dos elementos da comunidade – empresários, autarcas, dirigentes associativos), verificando a estrutura interna da organização da escola e fortalecendo a missão socioeducativa da mesma.

É verdade que os programas são porventura extensos, o espartilho curricular não ajudará à melhor integração dos alunos e ao próprio trabalho de equipa dos professores, os tempos lectivos, o calendário escolar, o debate em relação à obrigatoriedade ou não dos exames, como aqui foi suscitado, são merecedores de profunda reflexão e é na saudável tensão entre opiniões diversas, suscitadas pelos temas, que o poder político, mais ou menos circunstancial, tem de decidir.

Aqui neste particular, e sem pretender polemizar, sempre acrescentarei que os exames não são tão nefastos como por aí ouço e leio. É uma discussão que teremos de fazer, livres, definitivamente, dos preconceitos ideológicos (por exemplo da segregação social) que esse percurso, na opinião de alguns, pode significar.

A avaliação é um processo inerente a toda a actividade humana e por excelência está presente na educação. Quando, como agora, se fala de metas educativas, pretende significar-se, creio, o alcançar de um conjunto mínimo de conhecimentos, de saberes, de atitudes, de comportamentos, que importa saber se foram ou não alcançados e essa prova constituiu também para as crianças, adolescentes e jovens uma justa etapa que quererão desafiar, testando as suas potencialidades.

Educar é um risco com maiores dramas, mais ou menos traumáticos, mas acima de tudo constitui-se como o maior e principal legado que se constrói com os vindouros.

Termino renovando o agradecimento pelos contributos das intervenções, pela vossa participação, pela saudável paciência do Senhor Presidente com a dificuldade de gestão dos tempos, sob a nossa responsabilidade e, permitam-me, mesmo a finalizar, que Vos convide e Vos incentive a participar nos nossos debates.

Pela facilidade que os meios electrónicos possibilitam, e com o pouco tempo que levo de Deputado, sempre lhes posso confidenciar que recolhemos excelentes contributos na CEC e que muito auxiliam à definição precisa da que cremos ser a melhor decisão para a educação em Portugal.

Muito obrigado.

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Deputado Bravo Nico

Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Senhora Secretária-Geral da Assembleia da República, Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhora Deputada Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre os currículos, Deputada Manuela de Melo, caras e caros colegas Deputados, caras e caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Começo por destacar um facto que tenho vindo a constatar e que é uma evidência da importância do tema que nos trouxe aqui hoje. Já repararam, certamente, que a presença de meios de comunicação social, nesta Conferência parlamentar, foi relativamente escassa, contrastando com a forte participação de todos vós, de muitos especialistas, de muitas pessoas relacionadas com os sindicatos, com as escolas, professores, alunos, associações de estudantes, confederações de pais, etc.

Isto significa qualquer coisa. E, normalmente, na Assembleia da República, da minha curta experiência parlamentar, quando há uma certa rarefação de jornalistas e uma evidente concentração de pessoas numa actividade, isso significa que alguma coisa de muito importante está a acontecer e que não divide as pessoas. Muito pelo contrário, une-as, e deve ser factor consensual e estruturante para o país.

E isto é pena. Dá-me pena porque deveríamos ter aqui mais comunicação social para escutar o que foi dito e para transmitir a mensagem que aqui a Senhora Professora Maria Emília Brederode Santos construiu como sendo a súmula do dia de trabalho.

Eu ia centrar a minha intervenção naquilo que é a participação e o contributo da Assembleia da República, em particular desta Comissão de Educação e Ciência, para a construção do pensamento e das políticas educativas em Portugal. Mas acho que também devemos falar um pouco do papel da Assembleia, do papel dos Deputados e do papel daquilo que é a dinâmica parlamentar na construção do que é a realidade do pensamento e da acção, em termos de política educativa.

Irei fazer uma pequena viagem convosco, passando por três momentos: uma espécie de viagem ao centro da Terra, na lógica de Júlio Verne, daquela extraordinária aventura. Iremos passar pela crosta, pelo manto e pelo núcleo. E importa referir, desde já, que nós estamos neste momento num dos aspectos nucleares da política educativa.

Quando nós passamos pela crosta, passamos por uma área em que há imensa luz. Há muita actualidade, muita comunicação social e uma grande preocupação das pessoas em existirem. A grande preocupação de cada um dos partidos políticos, de cada um dos grupos parlamentares, de cada um dos Deputados, de cada um dos actores sociais é existir nessa crosta terrestre, onde há imensa luz, mediática, entenda-se, e onde é fundamental que as pessoas estejam bem iluminadas.

E aqui encontramos normalmente temas que são temas voláteis, sendo, muitas vezes, de geometria variável, que ao

longo dos dias vão sendo completamente diferentes. São temas tendencialmente fracturantes, que nos dividem mais do que nos unem. São assuntos que criam enorme ruído, mais do que matéria e realidade. Aquilo que se cria é um enorme ruído e, muitas vezes, enormes cortinas que não nos deixam perceber a realidade e que até nos tornam difícil a visão de uns e dos outros. São temas que perturbam o trabalho das escolas, que perturbam o trabalho parlamentar, mas que alimentam esse ruído mediático que é absolutamente fundamental para uma imprensa e uma comunicação social necessitada de se nutrir.

E é, muitas vezes, na área da crosta educativa, que eu sinto que estamos quase todos contra todos: sindicatos, grupos parlamentares, partidos políticos, associações de estudantes, associações profissionais, organizações da sociedade civil, autarcas.

Há mesmo uma enorme necessidade de cada um destes actores divergir do actor anterior e do que se segue para precisamente poder existir e poder receber a sua quota de luz e, dessa forma, ser divulgado. E a nossa vida parlamentar consome-se, em grande parte, nestas crostas mediática e política.

Enquanto uns aqui tentam endireitar a educação, utilizando uma expressão do Michael Apple, outros, do outro lado, tentam desendireitar a educação, com propostas políticas muitas vezes antagónicas e onde os consensos raramente são possíveis com toda a luz que está sobre nós.

Mas o tempo passa e não há nada que não baixe à 8ª Comissão, como se costuma dizer na Assembleia da República. E quando a coisa baixa à 8.ª Comissão, a realidade muda de figura e passamos para o manto parlamentar.

E, no manto parlamentar, a luz é mais difusa, a presença da comunicação social é menos frequente, mais esporádica. Não quer dizer que não existam aqui e ali erupções mais ou menos extrusivas, mas a coisa é um pouco mais calma. E, aqui, é possível, sem essa pressão da luz e sem essa pressão dos órgãos de comunicação social fazer trabalho muito intenso, muitas vezes, construindo-se consensos muito importantes.

Vou dar-vos alguns exemplos da minha experiência parlamentar de duas Legislaturas: a educação especial. Nós temos um Grupo de Trabalho constituído, que já vem da anterior Legislatura, onde todos os Deputados de todos os grupos parlamentares têm trabalhado em ambiente de consenso, de construção de propostas, de observação atenta da realidade e sem a preocupação de estarmos constantemente a divergir uns dos outros.

Estamos numa outra postura e com uma outra preocupação. Dou-vos o exemplo do Estatuto do Aluno, que já foi aqui referido pelo colega que me antecedeu. O Estatuto do Aluno esteve no Plenário (esteve na crosta), mas já baixou à Comissão e, neste momento, já está a ser objecto de um trabalho diferente, em sede de um Grupo de Trabalho que está a construir, pensamos nós todos, qualquer coisa que seja mais positiva relativamente à realidade que temos actualmente.

E a preocupação franca e sincera de todos nós é a de construirmos e darmos um contributo positivo para que a realidade melhore, sem qualquer tipo de reserva política ou de qualquer outra natureza. A questão da gestão escolar é outro trabalho que neste momento está em linha na nossa Comissão de Educação e Ciência e onde uma Deputada relatora está a fazer um trabalho que eu penso que é de grande qualidade, com o contributo de todos os grupos parlamentares. Isto para que nós possamos conhecer um pouco mais o novo modelo de gestão escolar, as questões relacionadas com os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, com as transferências de competências do Ministério da Educação para as autarquias locais e identificando os momentos e as circunstâncias críticas de todos estes processos para podermos contribuir para melhorar.

Por último, dou-vos também o exemplo do programa Novas Oportunidades. Foi um dos aspectos centrais nas políticas educativas e que está a ser objecto de acompanhamento por parte da Comissão onde, juntamente com a Comissão de Avaliação Externa da Universidade Católica, coordenada pelo Professor Roberto Carneiro, que já recebemos na nossa Comissão, se pretende dar uma visão parlamentar que seja um contributo positivo para a melhoria de todo este processo. É isto que se passa no manto parlamentar.

Mas, hoje estamos no núcleo parlamentar: no núcleo da construção do futuro, como disse o senhor Deputado do PSD João Prata e muito bem. No futuro da construção do nosso país, daquilo que vai ser a nossa sociedade nas próximas décadas. As questões do currículo para o século em que estamos e aquilo que vai ser a geometria curricular que todos nós entendemos que é urgente reformular, não no sentido de incluir mais coisas, mas de a repensar vendo se é possível, como disse o Senhor Professor Sampaio da Nóvoa, torná-la simples, legível e verdadeiramente instrumental para a educação do ser humano em Portugal. Este é o nosso trabalho.

E eu acho que, aqui nesta mesa, onde estão todos os grupos parlamentares, com excepção do Bloco de Esquerda, não há aqui qualquer preocupação em estarmos uns contra os outros, muito pelo contrário. Nós estamos todos aqui com um princípio fundamental, o de darmos um contributo que naturalmente é diverso e plural, mas um contributo construtivo para que a educação no nosso país seja qualquer coisa de que nós nos orgulhemos todos e seja um factor, como disse a Senhora Deputada Rita Rato, de construção do ser humano. Esperamos que a educação seja um factor de produção de riqueza para que ela possa ser distribuída por todos os concidadãos de forma solidária, e seja também, como já foi aqui dito, um factor de promoção cultural no nosso país e em todo o espaço da lusofonia. E ser um factor de afirmação de Portugal no mundo. Não temos disto qualquer dúvida.

É disto que nós estamos aqui a falar e é este o contributo que esta Comissão de Educação e Ciência, sem que este assunto tivesse passado pela crosta ou pelo manto, decidi instituir como sendo talvez o seu grupo de trabalho mais fundamental para esta Legislatura. E foi consensual, não houve qualquer discussão fracturante.

Houve grande consenso e está a haver, por aquilo que eu conheço e que foi aqui já referido por todos os meus colegas, um trabalho absolutamente extraordinário que é coordenado pela Senhora Deputada Manuela de Melo, mas tem sido a consequência da colaboração e do contributo construtivo de todos os grupos parlamentares. E eu acho que isto é que é verdadeiramente importante.

Mas, se há contributo verdadeiramente importante que eu acho que devemos levar hoje daqui, é que há assuntos na educação em Portugal que são verdadeiramente consensuais, e que devem merecer o contributo plural e diverso de todos os actores políticos e sociais, porque é dessa pluralidade e dessa diversidade que nós conseguiremos construir um sistema educativo em que nos possamos rever todos, em toda a nossa diversidade e em toda a nossa pluralidade.

E é isso que nós estamos hoje aqui a fazer, é isso que tem vindo a ser feito no Grupo de Trabalho e na Comissão e é isso que vai continuar a ser feito. Eu, ao ouvir-vos durante esta tarde, lembrei-me aqui de um livrinho de que gosto muito, que certamente também conheceis, que é um livro do Edgar Morin, *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*.

A coisa anda muito por aí e é muito simples, como disse o Professor Sampaio da Nóvoa, as coisas importantes são verdadeiramente simples, são verdadeiramente descomplexificadas, de fácil leitura para o cidadão. Como já foi aqui referido, as pessoas têm de perceber aquilo que é verdadeiramente importante para a sua educação e a dos seus filhos.

E é também qualquer coisa de fundamental para que todos os actores da economia, das empresas, das sociedades, da organização social, da sociedade civil, das instituições sociais, para que todos estes actores compreendam qual é o contributo que podem dar para esta missão simples e legível, que é educarmos os portugueses. Todos, de todas as idades, de todos os contextos territoriais, de todas as circunstâncias económicas ou culturais, e em qualquer que seja o seu ciclo de vida. Isto é que é verdadeiramente estruturante.

O direito à educação, que é aquilo que nos une aqui a todos, deve ser um direito fundamental e deve merecer, da nossa parte, um consenso estruturante e merecer, também, por parte dos portugueses uma responsabilidade assumida, fazendo com que esse direito à educação seja, para cada um de nós enquanto cidadãos e cidadãs, o dever de nos qualificarmos, para com essa qualificação também darmos um contributo qualificado para o desenvolvimento do nosso país.

Eu acho que aqui, com toda a sinceridade, do Bloco de Esquerda ao CDS, ninguém está a endireitar nem a desendireitar as coisas. Estamos todos a construir um país que queremos que seja de facto melhor.

Quero-vos agradecer, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a vossa presença nesta nossa Conferência parlamentar e dizer-vos que, da nossa parte, registámos e levamos em muito boa conta os vossos ensinamentos, os vossos contributos e os vossos testemunhos. Esperamos agora estar à altura do que vocês e o país esperam de nós, fazermos um bom trabalho e darmos um bom contributo ao Conselho Nacional de Educação e àqueles que nos governam para construirmos, de facto, uma boa proposta curricular para Portugal neste século XXI. Muito obrigado.

¹ Os Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não estiveram presentes na Conferência, porquanto decorreram nesse dia as suas Jornadas Parlamentares e não foi viável alterar a data da Conferência, cuja marcação foi anterior ao agendamento daquelas.



Da esquerda para a direita: Luiz Fagundes Duarte e Manuela de Melo.

INTERVENÇÃO DA COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DOS “CURRÍCULOS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO”

DEPUTADA MANUELA DE MELO¹

Caros colegas de mesa, caros participantes resistentes:

Apenas algumas palavras sobre o Grupo de Trabalho que, em parceria com o CNE, organizou esta Conferência, tão rica em informação, hipóteses de trabalho e reflexão sobre a escola necessária para o nosso tempo.

A nossa actividade enquanto Deputados baseia-se na afirmação contínua de certezas quase absolutas. Pelo contrário, este Grupo de Trabalho é um espaço para formular dúvidas e procurar respostas, que nós sabemos nunca serem definitivas nem completas.

No Grupo de Trabalho para a revisão dos currículos, não pretendemos trabalhar tecnicamente a revisão curricular. O que queremos é ter o máximo de informação e ideias claras sobre o respectivo enquadramento político, para podermos, de forma mais adequada, analisar as propostas legislativas, venham elas do Governo ou do próprio Parlamento.

Para isso, é fundamental nós interiorizarmos o que é essencial para a escola pública portuguesa que, em três décadas, ou pouco mais do que isso, passou por processos de massificação e de democratização que romperam com a escola que tínhamos no Estado Novo.

Teremos já todos nós - pais, educadores e sociedade - aprendido a lidar com todas as consequências e responsabilidades dessa ruptura? Às vezes parece que ainda é muito difícil. No entanto, num regime democrático ainda recente, numa sociedade aberta, onde o conhecimento é vital e a utilização das novas tecnologias uma ferramenta indispensável, num tempo onde outros povos e outras culturas coabitam no nosso espaço, num momento em que as crianças e os jovens dispõem de muito mais informação do que a fornecida pela escola, é urgente redefinir a missão da escola, encontrando respostas para várias questões.

O que deve oferecer a escola? Qual é hoje a essência do seu trabalho na transmissão e apreensão de conhecimentos e valores? Qual deve ser o tronco curricular comum e o que deve ser acrescentado? Que grau de liberdade devem ter as escolas na gestão dos currículos? Que condições devem ter a escola, os seus alunos e os seus professores para enfrentarem os novos tempos? Não são questões nada fáceis de responder. Aliás, bastaria ter assistido à Conferência de hoje para

perceber que, de alguma maneira, andamos todos numa busca permanente do que é essencial na escola, e dos consensos necessários para o concretizar.

Na Conferência de hoje, procuramos definir o que, do ponto de vista - aliás, dos pontos de vista – da sociedade, através do testemunho de professores e investigadores, a escola de hoje tem de cumprir.

A escola vista pelos alunos (e pelos pais) é, provavelmente, o desafio a que iremos responder na próxima conferência. Ainda é uma perspectiva vaga, mas pensamos que é também fundamental percebermos como pode a escola responder às expectativas dos alunos e desenvolver as potencialidades de todos. Isto é, como consegue a escola despertar coisas essenciais como a curiosidade e o sentido crítico, a inteligência e a sensibilidade; como consegue incentivar o trabalho e a partilha; como é que lhes permite ter um olhar novo e aberto sobre tudo o que é diferente. Este será, em princípio, o tema geral da nossa próxima conferência, na próxima sessão legislativa

Esperamos, obviamente, contar com a contribuição activa do Conselho Nacional de Educação, a quem agradecemos muito a colaboração dada, e ter tantos participantes como tivemos hoje. Será um prazer - e a melhor forma de nós, Deputados, estarmos atentos e próximos daquilo que é a realidade do país e, especificamente, das nossas escolas. Muito obrigada.

¹ Coordenadora do Grupo de Trabalho dos “Currículos dos Ensinos Básico e Secundário”.